

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.078 - RS (2015/0127866-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : ALBA LENICE DE SOUSA  
**RECORRENTE** : CECILIA AMALIA ULHMANN DIESEL  
**RECORRENTE** : DOMINGOS SOUZA MARTINS  
**RECORRENTE** : LEONILA MARIA GIOMBELLI  
**RECORRENTE** : MARIA DE LOURDES LIMA  
**RECORRENTE** : MARIA THERESINHA MARTINS PERUCH  
**RECORRENTE** : ANA LUCIA MARTINS  
**RECORRENTE** : CARLOS EDUARDO DE SOUZA MARTINS  
**RECORRENTE** : CLAUDIA REGINA MARTINS NUNES PIRES  
**RECORRENTE** : EDA MARTINS  
**RECORRENTE** : FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MARTINS  
**RECORRENTE** : IVONE MARIA MARTINS TREML  
**RECORRENTE** : JOSUE MARTINS  
**RECORRENTE** : JOYCE MARTINS  
**RECORRENTE** : LUCIA HELENA DE SOUZA MARTINS  
**RECORRENTE** : VALERIA MARTINS DE SOUZA  
**RECORRENTE** : VALMOR MARTINS  
**RECORRENTE** : VALTER MARTINS  
**RECORRENTE** : VANESSA MARTINS  
**ADVOGADO** : GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART E OUTRO(S) -  
SC019171  
**RECORRIDO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado por **Alba Lenice de Sousa e outros** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 831):

*AGRAVO EM APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. SERVIDOR. DIFERENÇAS VENCIMENTAIS. 28,86%. PRESCRIÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DE CERTIDÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO.*

*1. Acolhida a alegação de prescrição da pretensão executória em razão do decurso de mais de cinco anos entre a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento e o ajuizamento da ação cautelar de protesto.*

*2. O trânsito em julgado deve ser auferido pelo transcurso do prazo recursal da última decisão proferida no processo de conhecimento e não da data da certificação do mesmo feita em cartório. No caso, a última decisão proferida pela Corte Superior no REsp 799.263/SC foi publicada em 27/03/2006,*

*constando da publicação os nomes dos advogados do Sindicato, iniciando, portanto, a partir de tal data o decurso de 15 (quinze) dias para eventual recurso da parte autora e de 30 (trinta) dias para eventual recurso da União, anotando que a mesma já havia sido intimada pessoalmente em 23/03/2006. Assim, o trânsito em julgado do processo de conhecimento se deu em 24/04/2006, tendo a presente execução sido ajuizada em 07/11/2013.*

*3. Ajuizada cautelar de protesto em 10/05/2011, o mesmo configura-se intempestivo, uma vez que já decorridos cinco anos do trânsito em julgado da ação de conhecimento, e, por conseguinte, também prescrita a presente pretensão executória.*

*4. Agravo improvido.*

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 1º do Decreto 20.910/32. Pretende seja afastado o decreto prescricional sob o argumento de que *foi intimada no feito originário do retorno dos autos do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na data de 08/08/2006, a partir de quando efetivamente os autos se fizeram disponíveis para execução* (fl. 862). Afirma que *o título executivo, embora certo pelo trânsito em julgado da sentença de conhecimento, só pode ser executado quando também tornado líquido* (fl. 864). Acrescenta que *não ocorre prescrição intercorrente quando os atos para iniciar a execução estão em poder do devedor e a demora foi por culpa exclusiva da própria pessoa que dela se beneficiaria* (fl. 871).

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

O Tribunal de origem considerou prescrita a pretensão executória, porque passados mais de cinco anos do trânsito em julgado da ação de conhecimento. Colhe-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fl. 827):

*Merece guarida o apelo da União, devendo ser acolhida a alegação de prescrição da pretensão executória em razão do decurso de mais de cinco anos entre a data do trânsito em julgado do processo de conhecimento e o ajuizamento da ação cautelar de protesto.*

*No tópico assim conclui o Juízo a quo:*

## *2.2. Prescrição*

*Ao contrário do que afirma a embargante, o marco para a contagem do prazo prescricional iniciou-se em 16-05-06, data em que foi certificado o trânsito em julgado da decisão e não na data em que publicado o acórdão (em 23/03/2006). A partir da certificação feita em cartório é que se declara a certeza de que não se pode mais recorrer, iniciando-se a fase da execução. Desse modo, o prazo para o pedido de execução poderia ser feito até 16-05-2011, não tendo pois ocorrida a prescrição, pois a ação de protesto foi proposta em 10-05-2011 e interrompeu o decurso de prazo.*

*Sem razão a sentença no aspecto. O trânsito em julgado deve ser auferido pelo transcurso do prazo recursal da última decisão proferida no processo de conhecimento e não da data da certificação do mesmo feita em cartório. No caso, a última decisão proferida pela Corte Superior no REsp 799.263/SC foi publicada em 27/03/2006, constando da publicação os nomes dos advogados do Sindicato, iniciando, portanto, a partir de tal data o decurso de 15 (quinze) dias para eventual recurso da parte autora e de 30 (trinta) dias para eventual recurso da União, anotando que a mesma já havia sido intimada pessoalmente em 23/03/2006. Assim, o trânsito em julgado do processo de conhecimento se deu em 24/04/2006, tendo a presente execução sido ajuizada em 07/11/2013.*

*Ajuizada cautelar de protesto em 10/05/2011, o mesmo configura-se intempestivo, uma vez que já decorridos cinco anos do trânsito em julgado da ação de conhecimento, e, por conseguinte, também prescrita a presente pretensão executória.*

Dessa forma, é de se constatar que o aresto regional está em conformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal de que, a ação executiva prescreve no

mesmo prazo da ação de conhecimento, nos termos da Súmula 150/STF.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: **AgRg no Ag 1.351.810/SC**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 20/05/2011, **AgRg no REsp 1.019.790/RS**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 9/8/2010, **AgRg no REsp 1.097.291/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 19/4/2010 e **Resp 543.559/DF**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 28.2.2005.

De outro lado, não se vislumbra o debate prévio da tese segundo a qual o prazo prescricional só começa a fluir a partir do término do incidente de liquidação, tampouco foram opostos embargos de declaração no intuito de sanar eventual omissão. Ausente o requisito do prequestionamento, incide, no ponto, a Súmula 282/STF.

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator